



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

## “AH! AQUELA LEI LÁ”: A LEI 10.639/03 ENTRE AS VIVÊNCIAS DOCENTES E A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

Lídia de Sousa Menezes - UFR

Eglen Silvia Pippi Rodrigues - UFR

### RESUMO

Sabemos que a educação pública no Brasil é um direito assegurado e destinado a todos e que faz parte de um processo de produção que constroem tipos de sociedades. Portanto estudar, refletir e interrogar sobre a educação brasileira deve ser um exercício constante, no que tange ao estabelecimento de teorias, práticas, projetos, políticas públicas, diversidade e leis. As conjunturas de preconceitos, racismo e antirracismo em nosso país, acompanham a sua própria história de nação, pois são heranças deixadas desde o período colonial através da escravidão. Assim sendo a educação tem um papel muito importante e significativo para contrapor e reparar as mazelas deixadas em nossa sociedade, pois ela se apresenta como uma chave, um horizonte norteador. A lei 10.639/03, surge como objeto principal deste trabalho e através dela buscaremos as concepções de professores em início de carreira para a construção de suas práticas pedagógicas no cenário da educação e enquanto políticas públicas de estado que tenham a função de preparar os docentes como agentes de transformação. O desenvolvimento metodológico dessa pesquisa ocorrerá de maneira sistematizada, utilizando uma abordagem comunicativa crítica, se trata de uma metodologia com compromisso de transformação e que luta contra as desigualdades e a exclusão social. Nossa base teórica é pautada em referências e em estudiosos que tenham concepções e olhares voltados a teoria crítica e que apontam a importância da decolonialidade para romper com padrões impostos e com paradigmas antigos.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/03, Formação de professores, Educação antirracista.

### INTRODUÇÃO

Vivemos um modelo de educação que vem caminhando a passos lentos para ser mais humanizadora, pois ainda carrega em suas raízes as marcas da violência de seus colonizadores e por isso enquanto sujeitos históricos e agentes de transformação devemos lutar pela promoção de uma educação inclusiva e antirracista com foco na diversidade. Enquanto docentes vivenciamos experiências e observamos por parte dos professores e dos alunos certas dificuldades no que tange aos conflitos étnico-raciais e, sobretudo, o sentimento de impotência das instituições para lidar com eles.

Quando observamos os currículos e os conteúdos ministrados em sala de aula nos deparamos com eixos norteadores e para além deste debate evidenciamos a lei 10.639/03 que tem como fundamento a obrigatoriedade de estudos acerca da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade



XXII ENCONTRO NACIONAL, a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas. Como nos explicita o autor Thiago Henrique Mota:

A lei 10.639/2003 resulta da luta dos movimentos sociais negros que buscaram transformar a realidade política e social, por meio da educação. Esse processo exige o resgate da história e cultura da população negra, frente aos cinco séculos de silenciamento e apagamento de suas contribuições para construção da sociedade brasileira e mundial. Para além da responsabilidade de produzir conhecimento efetivamente inclusivo, a lei é um compromisso político de combate ao racismo na tentativa de constituir uma democracia em uma sociedade multicultural e pluriétnica. (MOTA, 2019, p. 274)

Apesar da promulgação da lei há 21 anos, quando indagados muitos colegas não a conhecem ou sabem muito pouco sobre, neste contexto, advém daí, inclusive a escolha do título para este trabalho: “Ah, aquela lei lá”, afinal quando falamos sobre o assunto, normalmente é essa a resposta obtida. Por isso, percebemos que ainda se faz necessário muitos estudos e reflexões acerca da temática.

Portanto a lei 10.639/03, surge como objeto principal deste trabalho e busca responder a seguinte problemática: Quais as concepções que os professores têm em relação à essa lei e para a construção de suas práticas pedagógicas na busca de uma educação antirracista? Assim este estudo se torna pertinente por aspirar uma reflexão acerca de concepções e práticas pedagógicas desenvolvidas no cenário da educação e enquanto políticas públicas de estado. Os objetivos se propõem em: compreender quais as concepções que os pedagogos em início de carreira têm em relação à lei, descrever e analisar as práticas pedagógicas realizadas por estes professores e por último identificar se as práticas pedagógicas desenvolvidas por eles resultam em práticas antirracistas.

A partir destes debates e de novas buscas, nascem as indagações para aquilo que era comum, que antes não era questionado ou era silenciado no ambiente escolar, advém daí também a busca por novas experiências a serem vivenciadas por meio de nossas práticas pedagógicas. O autor Luiz Rufino reflete sobre a educação e seus desdobramentos:

Ela nos marca como seres únicos, de vivências intransferíveis, imensuráveis e que têm como característica existencial dar o tom do acabamento de cada um de nós pelas mãos dos outros e dos afetos roçados nas relações. A educação é uma esfera de autoconhecimento, responsabilidade, liberdade, esperança e cura. (...) A defesa que faço é que a educação deve ser entendida como uma forma de erguer existências, mobilizá-las, uma encantaria implicada em contrariar toda e qualquer lógica de dominação. A educação como dimensão política, ética, estética e de prática do saber comprometida com a diversidade das existências e das experiências sociais é, em suma, um radical descolonizador. (RUFINO, 2021, p. 8-9)

Percebemos então, que as várias formas de educação produzem e praticam ensinamentos entre aqueles que ensinam e os que aprendem. Pois são feitas de interações sociais entre



XXII ENCONTRO CULTURAS, TEMPOS E CONTEXTOS HISTÓRICOS Assim, os seres são criadores e recriadores de regras e modelos estabelecidos em sociedades.

Nota-se então a importância dos professores enquanto agentes transformadores, “são eles os mediadores da relação pedagógica, a quem cabe criar situações e desafios que mobilizem as crianças e jovens a se envolver no processo de aprendizagem.” (FORTUNATO, 2019. p. 183) Logo, o professor precisa ter consciência do papel que exerce enquanto educador e em suas práticas educativas. Paulo Freire nos alertava sobre isto ao falar dos saberes necessários para a prática educativa. “Não há pensar certo fora de uma prática testemunhal que o re-diz em lugar de desdizê-lo. Não é possível ao professor pensar que pensa certo, mas ao mesmo tempo perguntar ao aluno se “sabe com quem está falando.” (FREIRE, 1996, p. 34-35)

Ou seja, prática e discurso devem ser ensinados juntos, não adianta trabalhar conteúdos que refletem ao preconceito e que combatem o racismo se não praticarmos nossos discursos cotidianamente. Freire, também frisa a importância de não aceitarmos nenhuma forma de discriminação: “Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.” (FREIRE, 1996, p.36)

Fica evidente que as questões étnico-raciais devem ser estudadas e refletidas no fazer docente na intenção de abolir qualquer forma de discriminação e de contribuir para a construção de práticas, saberes e fazeres que respeitem as pessoas como elas são. Para isso, é necessário que as práticas docentes dentro do ambiente escolar levem em consideração uma pluralidade étnica, cultural, de gênero, religiosa, econômica, social, etc.

## **METODOLOGIA**

O desenvolvimento metodológico dessa pesquisa ocorrerá de maneira sistematizada, utilizando uma abordagem comunicativa crítica, se trata de uma metodologia com compromisso de transformação e que luta contra as desigualdades e a exclusão social. Sendo caracterizada pela importância e interação de todos os integrantes/participantes da pesquisa de forma que buscam e constroem juntos. Os sentidos/significados dependem das interações humanas. A finalidade desta abordagem é compreender, descrever, analisar a realidade social e apontar novos elementos de transformações.

No que tange as coletas de dados, a pesquisadora e a orientadora decidiram explorar os fatores que apresentam as perspectivas/concepções desejadas para a pesquisa, fazendo uso de três técnicas comunicativas: a escuta de relatos comunicativos, os roteiros semiestruturados



onde consta as perguntas direcionadas a formação dos docentes e as observações comunicativas em sala de aula. As mesmas consistem na construção da pesquisa através do diálogo e das interações de um grupo de pessoas que elaboram juntos interpretações para determinadas situações e que compartilhem de algo em comum.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Nossa base teórica é pautada em referências e em estudiosos que tenham concepções e olhares voltados a teoria crítica e que apontam a importância da decolonialidade para romper com padrões impostos e com paradigmas antigos. Nos propomos neste estudo a fazer reflexões acerca da história da educação e de suas políticas públicas e diretrizes, numa visão decolonial que enxerga a educação enquanto exercício de poder e superação, trilhando caminhos que a tornem um instrumento de justiça social e reafirmando a democracia. Para tal, nos respaldaremos em teóricos e estudiosos, como: Paulo Freire, Jürgen Habermas, Vanessa Gabassa, Nilma Limo Gomes, Kabengele Munanga, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Luiz Rufino e entre outros.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O trabalho aqui apresentado encontra-se em pleno desenvolvimento o qual a pesquisa e a coleta de dados com os professores/entrevistados foram realizadas entre os meses de agosto a novembro de 2023, logo o que apresentaremos aqui será um desenho da nossa trajetória até o momento e relatos de como nos organizamos para a coleta de dados e sua análise, deixando claro que estamos trabalhando na organização destes dados no momento. Após as coletas, foram feitas as transcrições de forma textual de cada técnica inserida, depois organizadas e separadas de acordo com cada participante. Dentro da metodologia comunicativa crítica temos diferentes níveis de análise que estão interligadas as dimensões excludentes e as dimensões transformadoras, de forma que estas dimensões tem relação direta com os obstáculos/empecilhos que encontramos ao decorrer da realidade investigada.

Outro fator relevante em relação a análise dos dados nesta metodologia e a construção e aprovação dos dados coletados pelos participantes da pesquisa. Após ser feita a tabulação dos dados, se faz necessário realizar um encontro e dar um retorno para os entrevistados para que eles possam discutir e refletir acerca da realidade investigada e assim através do diálogo e das



interações aprovarem de forma consensual os dados obtidos. Lembrando ainda que todos os dados devem ser apresentados a eles, como: as interpretações ou falas diretas dos participantes, quadros anexos, tabelas e entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das hipóteses levantadas em nosso trabalho ao buscar as concepções dos professores em início de carreira é que será necessário trabalhar/criar a concepção da cultura da lei entre os profissionais, promovendo diálogos, rodas de conversa e formações continuadas. Outra hipótese também se baseia na institucionalização da lei nas secretárias municipais/estaduais de educação, pois a grande maioria não tem setores específicos com equipes ou profissionais preparados para realizarem esse trabalho, a falta de orçamentos e recursos adequados também é um problema que precisa ser repensado para que seja garantido um espaço de trabalho efetivo nos âmbitos educacionais.

Podemos concluir tendo a certeza de que ainda temos muito o que caminhar nesse sentido, sendo necessário sempre estudar e interrogar sobre a temática aqui apresentada de forma que novas possibilidades e releituras sobre os processos educacionais sejam revisitados, repensados e reformados em busca de uma educação decolonial que abrange diferentes vertentes quais são de grande valia diante dos desafios que encontramos em nosso cotidiano.

## REFERÊNCIAS

- FORTUNATO, Ivan. **Formação permanente de professores: experiências iberoamericanas.** / Francisco Imbernon; Alexandre Shiginov Neto; Ivan Fortunato; (org.). – São Paulo: Edições Hipótese, 2019. 554p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- MOTA, Thiago Henrique (Org.) **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares [recurso eletrônico]** / Thiago Henrique Mota (Org.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.
- RUFINO, Luiz. **Vence-demanda [recurso eletrônico]: educação e descolonização** / Luiz Rufino. — 1. ed. — Rio de Janeiro: Mórula, 2021.